

ATA DA 361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatorze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Davi Eduardo Depiné Filho, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Representando a Corregedoria Geral, Aluisio Iunes Monte Ruggeri Re, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, e Representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. Ausente justificadamente os/as Conselheiros/as Fabiana Botelho Zapata e Luciano Alencar Negrão Caserta. A Presidente iniciou a sessão às 09h49min, encaminhando para aprovação a ata da 358ª Sessão Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Comunicou que estão sendo distribuídos notebooks institucionais aos Defensores Públicos aprovados no IV e V Concursos de Ingresso, e comunicou também que, aos Servidores serão distribuídos novos computadores desktops para aqueles que tomaram posse neste mês. Relatou que serão distribuídas novas impressoras às Unidades da instituição. Noticiou que, na última segunda-feira, os novos oficiais iniciaram suas atividades na instituição, e nesta sexta-feira seria finalizado o Curso de Acolhimento dos novos Agentes Psicólogos e Assistentes Sociais. Informou que, na próxima semana, grande parte das Unidades receberá uma dupla de Agentes Psicossociais que iniciarão suas atividades. Comunicou que as obras no Edifício destinado a triagem da Capital segue dentro do cronograma, tendo a previsão de transferência da triagem em meados de abril. Mencionou que está em curso um procedimento licitatório para implantação do teleagendamento na Capital, quando da inauguração do novo espaço. Comunicou que, nesta semana, houve um de indisponibilidade do sistema de teleagendamento nas unidades de Campinas, Vila Mimosa e Guarulhos. Esclareceu que ocorreram problemas técnicos por uma nova empresa contratada após licitação, e por não ter sido observado requisitos em edital, ela solicitou que a Assessoria Jurídica iniciasse um processo de sanção administrativa contra a empresa, além de iniciar um novo procedimento licitatório, caso os problemas não fossem solucionados. Relatou que o serviço foi restabelecido nas Unidades de Campinas e Vila Mimosa, mas que nesta manhã de sexta-feira havia sido identificado problema no teleagendamento da Unidade de Guarulhos. Lamentou o transtorno causado aos assistidos devido a falhas operacionais de uma empresa terceirizada, mas reiterou que todas as medidas cabíveis foram realizadas e estão em curso. Por fim, noticiou que, na última quarta-feira, houve a publicação do edital de abertura das inscrições ao Concurso de Promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2014. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Ela informou que todas as providências da sessão passada foram adotadas. Relatou que, por determinação da Presidência, foi reforçado o pedido aos Núcleos Especializados para que atualizassem a informação no portal sobre os integrantes que representam a instituição em Conselhos Estaduais, diante do pedido da Conselheira Franciane Marques. Informou que restam pendentes de atualização os Núcleos de Habitação, Direitos da Mulher, Discriminação e Defesa do Consumidor. Justificou a ausência dos Conselheiros Luciano Alencar e Fabiana Zapata em razão de férias. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra à Candidata aprovada no V Concurso Público, Daniela Franco Lara. Ela pediu celeridade na nomeação dos candidatos que aguardam em lista de espera, e indagou sobre o planejamento de expansão da Defensoria. A Presidente tranquilizou a candidata dizendo que a posse dos aprovados no V Concurso deve ocorrer antes da posse dos aprovados do VI Concurso, e relatou que o projeto de expansão está sendo elaborado no âmbito da Administração Superior. Não havendo mais inscritos, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Bruno Miragaia indagou se haverá a substituição de notebooks antigos. A Presidente informou que está prevista a troca desses equipamentos, após a entrega dos notebooks aos Defensores que serão aprovados no VI Concurso de Ingresso. A Ouvidora-Geral, Luciana Zaffalon, agradeceu a presença de três novos Servidores da Ouvidoria que estavam no local para assistir a sessão e conhecer o

colegiado. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou sobre o resultado da Consulta Pública, no que tange ao processo da fixação de atribuições, e mostrou a importância de fixar-se um calendário de discussão concomitantemente com a distribuição de cargos de Defensores Públicos. Por fim, pediu à Defensoria Geral que apresentasse a proposta de expansão, a fim de que o Conselho pudesse se debruçar sobre o tema. Acompanhou o pedido o Conselheiro Bruno Miragaia. A Presidente indagou a Secretaria do Conselho sobre o retorno da Consulta Pública. A Secretaria informou ter encaminhado o resultado da Consulta Pública aos membros da Comissão instituída pelo Colegiado, e informou que aguarda o retorno das férias da relatora para entregar os autos fisicamente com o resultado. A Conselheira Juliana Saad relatou que houve poucas manifestações, e pontuou que muitas delas escaparam do tema proposto, mas apontou que um cronograma será apresentado em breve pela Comissão formada pelo Conselho. A Presidente apontou que a Administração aguarda a finalização dos trabalhos pela Comissão, a fim de que as premissas constem do plano de expansão institucional, mas se comprometeu a elaborar com celeridade a proposta. Contudo, pediu que o calendário fosse apresentado na próxima sessão. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou sobre a instalação de sistema de climatização nas unidades que não dispõem dos recursos. A Presidente informou que foi realizada uma licitação para a instalação desse sistema, e relatou que algumas unidades receberam os equipamentos, mas que sua instalação não foi possível em decorrência da deficiência de estrutura elétrica em algumas unidades. Considerou ser inviável adquirir todos os equipamentos de ar condicionado sem que os locais contem com uma infraestrutura capaz de recebê-los, e se prontificou a trazer na próxima sessão a apresentação de um panorama do processo de instalação de sistema de climatização nas unidades. Por fim, apontou que atualmente todos os imóveis locados possuem um sistema de climatização. O Representante da Apadep, Rafael Português relatou que nesta semana esteve em visita às unidades de Santo André e Guarulhos, e mencionou que um dos pleitos dos Defensores da Unidade de Guarulhos é justamente a instalação do sistema de climatização. O Conselheiro Davi Depiné informou que um dos edifícios onde está localizada a unidade passará por ampla reforma, mas relatou que no segundo edifício a instalação de sistema de climatização será realizada pela Defensoria, diante do desinteresse do proprietário do imóvel em realizar a obra. Citou o caso da estrutura do edifício da Avenida Liberdade, nº 32, que não permite a instalação de sistema de climatização, tendo como solução definitiva ao problema o deslocamento do atendimento inicial para o espaço da Rua Boa Vista, nº 150. O Conselheiro Bruno Miragaia indagou sobre o andamento da implantação do sistema de gerenciamento de filas nas Unidades da instituição. O Conselheiro Davi Depiné informou que houve a licitação para implantação do sistema, mas a empresa vencedora instalou o gerenciamento de filas em algumas unidades. Constatou-se que o projeto não atendia às especificidades da Defensoria, portanto o contrato foi rescindido, sem ônus para a instituição, pois a empresa descumpriu as cláusulas contratuais. Relatou que, em caráter experimental, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação desenvolveu um sistema próprio na Unidade Diadema, e relatou que algumas modificações foram realizadas mediante relato de Defensores da Unidade, mas pontuou que o sistema funciona plenamente no local. Apontou que a ampliação do sistema foi sobrestada em decorrência dos outros projetos em andamento, incluindo o sistema Defensoria Online (DOL). Por fim, mencionou que o espaço destinado à Triagem da Capital contará com o sistema DOL, que em breve será instalado nas demais unidades da instituição. O Representante da Corregedoria Geral, Aluisio Iunes informou que será protocolado no órgão uma proposta de Código de Ética, a ser juntada aos autos do processo CSDP 1172/09. Informou que a proposta segue no mesmo sentido das premissas definidas pelo Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, com as necessárias adequações segundo a Legislação Estadual vigente. A Presidente solicitou que a proposta fosse encaminhada ao Colegiado, assim que chegar à Secretaria do Conselho Superior. O Conselheiro Luis Gustavo informou que, na próxima semana, a Unidade Jaú receberá o projeto piloto do sistema Defensoria Online. Mencionou que a Unidade já utiliza o projeto piloto do novo Módulo de Indicações (MI), e relatou que inicialmente ele funcionou bem, mas que durante essa semana apresentou alguns problemas. Relatou que o judiciário encontrou dificuldades no carregamento das informações, além de lentidão no sistema, porém disse que os problemas foram relatados ao Defensor Alvimar Virgílio da Assessoria de Convênios. A Presidente agradeceu o relato apresentado, e considerou importante a fase dos testes

para aprimoração do sistema. Abordou que a Unidade Jaú foi escolhida par receber o projeto piloto em razão das diversas áreas de atuação institucional, e considerou que a experiência do Módulo de Indicações foi exitosa no início, porém como todo sistema que está em fase de implementação, eram esperadas algumas falhas após a fase dos testes iniciais. Contudo, apontou que os erros estão sendo analisados e corrigidos pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação. A Conselheira Franciane Marques indagou sobre a instalação do atendimento inicial na Regional Criminal da Capital. A Presidente informou que o projeto ainda não pôde ser implementado, pois o Tribunal de Justiça havia retrocedido quanto à cessão de um espaço no Fórum Criminal da Barra Funda, destinado para o atendimento inicial. Informou que, antes de sair em gozo de férias neste mês, reiterou à Presidência do Tribunal de Justiça sobre a importância do espaço para oferecer mais conforto aos usuários da Defensoria, além de aperfeiçoar o seu atendimento. Complementou seu pedido para que enquanto o espaço não fosse cedido, funcionários da Defensoria pudessem se alocar no saguão de entrada do Fórum para direcionar as pessoas que procuram a instituição. O Conselheiro Davi Depiné informou que houve o agendamento de uma reunião com os novos Assessores da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado para tratar da cessão do espaço no Fórum da Barra Funda, bem como a reforma nas salas da Defensoria no Fórum de Guarulhos. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon mostrou a importância de que a Defensoria adotasse uma política institucional, visando garantir o direito de manifestação, citando a repressão à manifestação ocorrida no último sábado, na Capital. Por fim, considerou que as manifestações poderão ser intensificadas até a realização da Copa do Mundo. A Presidente informou que houve uma reunião entre a Primeira Subdefensoria e o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos para tratar do assunto, devendo retomar a questão. O Conselheiro Bruno Miragaia sugeriu a criação de um departamento para gerenciamento de crises, justificando que, após um alagamento ocorrido na zona leste da Capital, moradores da região se manifestaram incendiando um ônibus. Relatou que diversas pessoas que não estavam envolvidas com o incêndio, mas foram detidas pela Polícia e não tinham a quem recorrer. A Presidente informou que encaminharia a demanda à Primeira Subdefensoria para interlocução com todos os Núcleos Especializados. O Conselheiro Davi Depiné informou que, nesta semana, foi realizada a mudança de endereço da Unidade Tatuapé, e relatou que o novo espaço é adequado ao atendimento aos usuários, além de ficar próximo ao Fórum. Relatou que, nesta semana, esteve representando a Defensoria Geral em reunião do Conselho Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), realizada no Rio de Janeiro. Informou que foi debatida a necessidade de renovação de contrato com a Casa da Moeda para confecção das carteiras funcionais, e também sobre a atuação da Força Nacional da Defensoria Pública, no Presídio de Pedrinhas, no Estado do Maranhão. O Representante da Apadep, Rafael Português prestou informações sobre as atividades da entidade de classe. Informou sobre a problemática enfrentada pelos Defensores que utilizam o sistema SAJ do Tribunal de Justiça, relatando que somente é possível acessar o sistema através dos desktops, inviabilizando o acesso as informações dos autos, quando passam parte do dia em audiências judiciais. A Presidente informou que contatará o Tribunal de Justiça do Estado visando buscar alternativas, mas pediu que os problemas fossem reportados à Administração. O Conselheiro Davi Depiné informou que já houve a solicitação ao Tribunal de Justiça do Estado para ampliação do número de máquinas que contam com o sistema, até a futura migração para o sistema e-SAJ, que poderá ser acessado por via remota. O Conselheiro José Moacyr reiterou o pedido para que fosse criado um perfil de assessor, visando à possibilidade de que os estagiários de direito auxiliassem os Defensores na atuação dos processos digitais. A Conselheira Juliana Saad apontou que há dificuldades para a criação desse perfil, mas informou que a Coordenadoria de Tecnologia da Informação mantém contato permanente com a equipe técnica do Tribunal de Justiça do Estado, a fim de encontrar alternativas. O Representante da Apadep, Rafael Português indagou sobre o andamento da regulamentação para indenização para pedidos de licenças-prêmio indeferidas. A Presidente informou que o ato de regulamentação esta sendo elaborado e será publicado oportunamente. O Representante da Apadep, Rafael Português reiterou o pedido para a renovação de convênio com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). A Presidente apontou que há uma dificuldade na renovação do convênio diante do elevado aumento de valores para realizarem perícias. Apontou que a Administração também estuda a possibilidade de publicação de



um edital para credenciamento de profissionais que estejam habilitados para realizarem essas perícias. O Conselheiro Davi Depiné informou que a Assessoria de Convênios mantém a negociação com o CREA pleiteando o reajuste de acordo com o índice IPC Fipe, e sinalizou que a resposta pode ser positiva, e poderá ocorrer nas próximas semanas. O Conselheiro José Moacyr mostrou a importância de a Defensoria colaborar na divulgação da campanha de vacinação contra o HPV, a ser iniciada pelo Governo Federal. Apontou que há um grande preconceito entre a população sobre a imunização de doenças relacionadas à vida sexual, que terá o principal público-alvo da vacinação as meninas entre 11 e 13 anos de idade. A Presidente considerou relevante a sugestão, e posicionou que encaminhará a demanda à Coordenadoria de Comunicação Social para elaboração de uma estratégia de divulgação. Não havendo mais inscritos entre os Conselheiros sobre assuntos diversos, passou-se a ordem do dia. A Presidente deu início à discussão com o processo CSDP nº 360/13. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 13/06 (que regulamenta a concessão de diárias aos membros da instituição). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselheiro José Moacyr proferiu a leitura do voto vista, acompanhando a declaração de voto do Conselheiro Luciano Caserta, rejeitando integralmente a proposta. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Davi Depiné ponderou que, caso a sistemática atual fosse mantida, o incremento remuneratório dos Defensores acarretaria excesso de gastos com indenizações e possivelmente um lucro indevido, desvirtuando a finalidade destinada. Considerou que a Defensoria possui uma das mais elevadas diárias do País, e defendeu a manutenção do sistema de escalonamento, de acordo com a proposta apresentada, que confere faixas de reembolso de acordo com a distância percorrida e o tempo de permanência da hospedagem. Citou algumas instituições, além do Conselho Nacional do Ministério Público, que utilizam essa sistemática e a sugerem. O Conselheiro José Moacyr trouxe a reflexão sobre uma decisão do Conselho Nacional de Justiça, que considerava ilegal o escalonamento realizado por ato infralegal, justificando que, por conta disso, o Tribunal de Justiça extinguiu o deslocamento para magistrados. O Conselheiro Luis Gustavo manifestou discordância em assumir o compromisso de deliberar urgentemente sobre o tema, justificando que a proposta constante nos autos não possui elementos necessários para garantir a votação segura entre os Conselheiros, caso contrário seriam obrigados a votarem politicamente. Mencionou a necessidade de um estudo de impacto financeiro orçamentário, cotação de preços de hospedagem e alimentação. A Presidente se comprometeu em efetuar o pagamento das diárias com base na deliberação vigente aos pedidos que forem entregues até a próxima sessão, com tanto que o Colegiado também se comprometesse em estudar o assunto, e finalizarem a discussão na semana seguinte, dando origem à nova regulamentação. Sugeriu que, caso os Conselheiros não se sentissem aptos a votarem de acordo com a proposta advinda pela Administração Superior, que trouxessem uma proposta alternativa. O Conselheiro Davi Depiné se comprometeu em instruir os autos do processo com informações sobre o impacto orçamentário, a média no preço das hospedagens e alimentação. Consigna-se que o Representante da Corregedoria Geral, Aluisio Iunes Monte Ruggeri solicitou vista dos autos, mas desistiu após o consenso firmado de aguardarem a complementação de dados a ser realizado pelo proponente. A Presidente reforçou o pedido de que o tema fosse deliberado na próxima sessão, a fim de reduzir os gastos financeiros da instituição. Após a discussão, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, converter o julgamento do processo em diligência. Declarou voto o Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento pela rejeição integral da proposta. Deu continuidade, com o processo CSDP nº 010/14. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no Curso de Aperfeiçoamento em Crack e outras Drogas, no período de 06 de fevereiro a 27 de março de 2014. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto pelo deferimento dos indicados, e homologar a desistência de uma servidora, e concordando com a indicação da suplência. Sugeriu em seu voto expedir ofício a Edepe, com recomendação para fomentasse o curso no interior do Estado. A Presidente ponderou que a recomendação não seria cabível, sugerindo a expedição de sugestão. A Conselheira Juliana Saad informou que oportunamente haveria destinação de verba para curso específico no interior. O relator proferiu a leitura do cronograma justificando a necessidade de oferecer o curso para todos aqueles que possuem interesse. Após a discussão, a Presidente encaminhou para deliberação o afastamento dos

servidores e Defensores, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. A Presidente deu continuidade a votação, encaminhando a sugestão de recomendação sugerida pelo relator. Por maioria de votos, vencida a Conselheira Juliana Saad, Davi Depiné e Aluisio Iunes que votavam pela edição de sugestão à Edepe. Assim, o Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: José Gladston Viana Correa, Tatiana Campos Bias Fortes, Amanda Ruiz Babadopulos e Milena Jackeline Reis. Deliberou ainda, por unanimidade, deferir o afastamento dos servidores/as: Paula Rosana Cavalcante, Andrea Saraiva de Barros, Michelle Merillyn Machado Miranda, Elisabete Freire Magalhães, e homologar a desistência da servidora Elisabete Gaidei Arabage. Por fim, DELIBEROU, por maioria de votos, expedir recomendação à Escola da Defensoria Pública do Estado. Vencidos os Conselheiros Davi Eduardo Depiné Filho, Juliana Saad e Aluisio Iunes Monte Ruggeri Re, que votavam pela edição de sugestão. CSDP nº 296/12 (Excetuado a pauta). Interessado: Alexandre Pereira Soares. Assunto: Pedido de sugestão à Defensoria Pública Geral para expedição de recomendação ao Departamento Pessoal da instituição, visando o cumprimento das Deliberações CSDP nº 109/08 e CSDP nº 253/12. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu a manifestação advinda pela diligência, e opinou pelo arquivamento dos autos. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo acatada a sugestão do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, acolher a manifestação técnica, e arquivar os autos. CSDP nº 357/12. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação da próxima sessão. CSDP nº 112/13. Interessado: Fabiano Brandão Majorana. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta os limites de afastamento em funções e cargos de confiança. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação da próxima sessão. CSDP nº 197/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/10 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação da próxima sessão. CSDP nº 215/13. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de deliberação que organiza a política institucional de atendimento às mulheres presas visando assegurar gestação segura e o exercício da maternidade durante o período da custódia penal, bem como a garantia, com prioridade absoluta, dos direitos das crianças e dos adolescentes. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação da próxima sessão. CSDP nº 243/13. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação que disciplina a metodologia institucional de inspeções de monitoramento das condições materiais de aprisionamento nos estabelecimentos destinados à privação da liberdade. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação da próxima sessão. CSDP nº 256/13. Interessado: Segunda Subdefensoria Pública Geral. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2013. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. Revisora: Fabiana Botelho Zapata. (Processo). (Interessado/a). 266/13. Juliana Garcia Popic. 268/13. Amanda Pontes de Siqueira. 269/13. Ana Simone Viana Cota Lima. 271/13. Daniela Skromov de Albuquerque. 272/13. Tatiana de Souza Kotake. 273/13. Debora de Vito Oriolo. 274/13. Ana Paula Gaudencio de Figueiredo. 275/13. Luciana Rocha Barros Veloni Alvarenga. 276/13. Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. 277/13. Octavio Ginez de Almeida Bueno. 278/13. José Moacyr Doretto Nascimento. 279/13. Angela de Lima Pieroni Detoni. 280/13. Anisio Vieira Caixeta Junior. 281/13. Daniela Gabriel. 282/13. Francisco Carlos Marques Matarezio. 283/13. Carolina Rangel Nogueira. 284/13. Bruno Ricardo Miragaia Souza. 286/13. Carolina de Melo Teubl Gagliato. 287/13. Jose Eduardo Mendes. 288/13. Rafael de Souza Miranda. 289/13. Tatina Belons Vieira. 290/13. Paula Longo Sanches Petto. 291/13. Helena Pires de Oliveira. 292/13. Marcelo Martiniano de Oliveira. 293/13. Phenelope

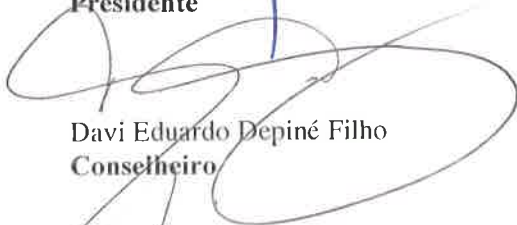
Carvalho de Almeida. 294/13. Mario Lucio Pereira Machado. 295/13. Bruno Lopes de Oliveira. 296/13. Kareen Patricia Bandeira Pereira Ferreira. 297/13. Alessandra Pereira de Melo. 298/13. Alexandre Pereira Soares. 299/13. Tania Cristina dos Santos de Oliveira. 300/13. Priscila Simara Novaes. 301/13. Pedro Pereira dos Santos Peres. 302/13. Renata Lawant Miranda. 303/13. Tiago Augusto Bressan Buosi. 304/13. Ana Paula Ambrogi Dotto Zveibil. 305/13. Samanta Cristina Lopes de Souza Ramos. 306/13. Mara Renata da Mota Ferreira. 307/13. Betania Devechi Ferraz Bonfa. 308/13. Gabriel Machado Maglio. 309/13. Daniele Cristina Barbato. 310/13. Vivian Monsef de Castro. 311/13. Vanessa Boiati. 312/13. Ricardo Cesar Franco. 313/13. Maria Fernanda dos Santos Elias Maglio. 314/13. Bruna Simões França. 315/13. Luiz Rascovski. 316/13. Ana Rita Souza Prata. 317/13. Eduardo Belmudes. 318/13. Alexei Hermann de Carvalho Kirchhoff. 319/13. Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina. 320/13. Carolina Nunes Pannain Gioia. 321/13. Katia Cilene Oliveira Giraldi. 322/13. Amanda Polastro Schaefer. 323/13. Alvimar Virgilio de Almeida. 324/13. Maricy Rehder Coelho Camara. 325/13. Leila Rocha Sponton. 326/13. Sabrina Nasser de Carvalho. 327/13. Vanessa Pellegrini Armenio. 328/13. Juliana Araujo Lemos da Silva Machado. 329/13. Rafael Bessa Yamamura. 330/13. Fernando Rodolfo Mercedes Moris. 331/13. Lucas Correa Abrantes Pinheiro. 332/13. Flavia Laet Ribeiro de Almeida. 333/13. Cesar Augusto Luiz Leonardo. 334/13. Kamilla Renata Teixeira. 335/13. Rodrigo Figueiredo de Oliveira. 336/13. Daniel Guimarães Zveibil. 337/13. Thiago Soares Piccolotto. 338/13. Erika de Vasconcellos Lima Pompeo. 341/13. Renata Klimke. 342/13. Leandro de Marzo Barreto. 343/13. Carolina Lot da Silva Nunes. 344/13. Aline Tarrazo Fehlow. 345/13. Janayna Lombisani. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima elencados, prorrogar a discussão e a votação da próxima sessão. CSDP nº 260/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (abril a setembro de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o relatório enviado. A Presidente encaminhou para discussão. A Ouvidora Geral manifestou o pedido de vista dos autos para análise. Vista concedida à Ouvidoria Geral, Luciana Zaffalon Leme Cardoso. CSDP nº 262/13. Interessada: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado. Assunto: Proposta de deliberação visando à instituição a transparência das sindicâncias, dos processos administrativos e dos demais expedientes correccionais existentes na instituição. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 348/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (Janeiro a Junho de 2013). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o relatório apresentado. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o relatório do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. CSDP nº 351/13. Interessados: Ouvidoria Geral da Defensoria do Estado, Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito e o Instituto Luiza Gama. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 353/13. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão de Prerrogativas (outubro de 2012 a abril de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixam suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 362/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores do Núcleo Especializado. Relator:




Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu o relatório e proferiu oralmente o voto pela abertura de inscrições, conforme indicado pelo proponente. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a abertura de inscrições, nos termos do comunicado a seguir publicado. COMUNICADO DE 31.01.2014 DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ficam abertas, entre os dias 03/02/2014 à 07/02/2014, as inscrições para preenchimento de 01 (uma) vaga em aberto para integrantes do Núcleo Especializado da Infância e Juventude, e mais as que se abrirem durante o período de inscrição. Os interessados deverão protocolizar seus requerimentos, acompanhados de currículo, até 17h do último dia do prazo, na Secretaria do Conselho Superior ou por mensagem eletrônica enviada ao endereço conselho@defensoria.sp.gov.br, mediante aviso de remessa e recebimento, não sendo admitidas inscrições de Defensores Públicos que já integrem outro Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, quer como membro, quer como colaborador. O processo de seleção dar-se-á na sessão ordinária do Conselho Superior a se realizar em 21.02.2013. CSDP nº 364/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Racismo e Preconceito. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2013). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 365/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (abril a outubro de 2013). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 002/14. Interessados: Coordenadores do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2013). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 042/11. Interessado: Jonas Zoli Segura. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o estágio probatório. A Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 039/11. Interessado: Guilherme Diniz Barbosa. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o estágio probatório. A Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 020/11. Interessado: Cecilia Fonseca Bandeira de Melo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o estágio probatório. A Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 076/11. Interessada: Tatiana Mendes Simões Soares. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o estágio probatório. A Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 032/11. Interessado: Eric Guilherme Ferreira de Carvalho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar o estágio probatório. A Presidente encaminhou para discussão, e após para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar o relatório e a


continuidade do estágio probatório. CGDP CAEP nº 077/11. Interessado: Thiago de Luna Cury. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. A relatora manifestou que em relatório anterior o processo havia sido convertido em diligência, mas que neste relatório seguinte a Corregedoria Geral deu parecer final pela suspensão do estágio probatório, até que o interessado realizasse o curso de formação de Defensor Público. Neste sentido, votou pela suspensão do estágio acompanhando a manifestação da Corregedoria. A Presidente encaminhou para discussão. O Representante da Apadep, Rafael Português ponderou que o curso é requisito, mas não deve ser oferecido somente como ingresso de novos Defensores empossados. Sugeriu que o relatório fosse aprovado, e que fosse oferecido um curso de curta duração ao interessado. A Presidente ponderou que não haveria prejuízo ao Defensor Público, caso o estágio probatório fosse suspenso. Encaminhou para deliberação a sugestão do Representante da Apadep, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, suspender a continuidade do estágio probatório. Deliberou ainda, expedir ofício à Edepe para ofertar o curso de formação de Defensor Público ao interessado, quando do ingresso dos próximos Defensores Públicos na carreira. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de 2014.



Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente


Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro


Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro


José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro


Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro

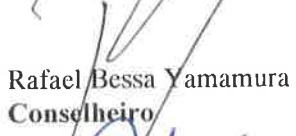

Rafael Morais Português Souza
Representante da Apadep


Marcia Regina Garutti
Conselheira


Juliana Saad
Conselheira


Franciane de Fátima Marques
Conselheira


Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira


Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro


Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro